

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 06 de setembro de 2000

Ano 2 Nº 36

Crédito em favor do Besc não passa no Legislativo

Por falta de quórum o Plenário não aprovou na última sessão do calendário especial, elaborado em razão das eleições de outubro, o projeto de decreto legislativo que substituiu a Medida Provisória 89, de 4 de agosto deste ano, de procedência governamental, possibilitando à Secretaria da Fazenda receber os recursos da federalização do Besc. Com o decreto, ficaria legitimado o repasse de R\$ 780 milhões referentes à integralização de capital do banco, visando à transferência do seu controle acionário para a União, que posteriormente promoverá a sua privatização.

Nas duas tentativas de votar o projeto, os partidos de oposição se retiraram do Plenário, numa tentativa de impedir a aprovação da matéria. Permaneceram 20 deputados da ala governista – sem quórum para aprovação.

Deputados instalam CPE da aftosa

Nas últimas semanas, vários focos de febre aftosa foram constatados no estado do Rio Grande do Sul, e com o objetivo de acompanhar as ações adotadas pelas autoridades do estado vizinho e pelo Ministério da Agricultura, os deputados aprovaram a formação de uma Comissão Parlamentar Externa, proposta pelo deputado Olices Santini (PPB).

Segundo Santini, Santa Catarina só foi comunicada sobre a ocorrência 22 dias após o início, e se não for debelada rapidamente, a febre vai provocar reflexos extremamente negativos, podendo ser suspensas as exportações de carne suína e até de aves. A CPE iniciou os trabalhos imediatamente cobrando do Secretário Estadual da Agricultura propostas para o combate à doença.

Para o próximo dia 13, a Comissão já confirmou presença na reunião do Con-

LDO garante emendas ao Orçamento Regionalizado



(foto Solon Soares)

Votações plenárias

Enviado nesta terça-feira (5) pelo Executivo, e aprovado em regime de urgência, o projeto de lei que modificou disposições na Lei 11.510/00, que trata

do Desenvolvimento dos Estados da Região Sul (Codesul), a ser realizada em Chapecó, que reúne os governadores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul e o Ministro da Agricultura.

A Comissão tem como presidente Moacir Sopelsa (PMDB) e como relator Olices Santini. Integram ainda a CPE os deputados Pedro Uczai (PT), Milton Sander (PPB) e Jaime Mantelli (PDT).

Moção – Aprovada em Plenário, e já encaminhada ao governo federal, moção solicitando medidas urgentes para que sejam mantidos os efeitos do título de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação. Dessa forma, Santa Catarina estará habilitada a exportar seus produtos pecuários para qualquer país do mundo, o que trará importantes repercussões econômicas.

das Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2001 (LDO), aprovada em junho passado.

Várias emendas foram apresentadas, entre elas duas de autoria do deputado Gelson Sorgato (PMDB) referentes ao Orçamento Regionalizado: uma determinando que sejam mantidas as audiências públicas regio-

nais e outra prevendo que as obras ou prestações de serviços destacados nas audiências regionais terão prioridade na alocação de recursos. Outras quatro emendas foram do deputado João Rosa (PTB), com destaque para a que suprimiu a previsão governamental sobre a definição de Receita Líquida Disponível, que define o repasse de recursos para os três Poderes. Caberá ao Ministério Público o percentual de 2,5% e para o Tribunal de Justiça 6%.

Desta forma caem por terra alguns dos vetos parciais do governador apostos à LDO e mantidos nas sessões anteriores, em especial o que diz respeito ao Orçamento Regionalizado e o que mantinha a MP com apenas 2% sobre a receita líquida.

Nas sessões realizadas neste período, foram apreciadas aproximadamente 80 matérias, entre elas 14 vetos apostos pelo Governador a projetos de origem parlamentar aprovados recentemente. **Pág. 07**

AL homenageia 150 anos de Blumenau

(página central)

OPINIÃO

A ameaça da febre aftosa



Santa Catarina possui um rebanho bovino de aproximadamente 2,6 milhões de cabeças, distribuídas, em sua maioria, em pequenas e médias propriedades. A febre aftosa tem-se constituído em um dos maiores problemas sanitários da bovinocultura de corte e leite no Brasil. Em nosso estado, a campanha de combate à febre aftosa iniciou em 1965, e já em 1971 o trabalho atingiu 100% dos municípios catarinenses. O último caso de febre aftosa registrado em Santa Catarina foi em 1991, no município de São Miguel d'Oeste. Em decorrência do bom trabalho realizado em Santa Catarina, o Estado recebeu da Organização Internacional de Epizootias (OIE) certificado de Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação, juntamente com o Rio Grande do Sul, formando o chamado Circuito Pecuário do Sul, estabelecido pelo Ministério da Agricultura, e em abril de 2.000, esses dois estados foram decretados livres de febre aftosa, sem vacinação. Esta situação favorável permitiu a ampliação das exportações de carne suína produzida em Santa Catarina para países do Conesul, da Ásia e Europa, determinando novos investimentos no setor em nosso Estado.

Com a ocorrência de focos de febre aftosa no Rio Grande do Sul, Santa Catarina passou a viver situação de insegurança em relação à comercialização interna e externa da produção de carnes, uma vez que, desse total, 70% são exportados para outros estados e para o exterior.

Por outro lado, se a febre aftosa no Rio Grande do Sul não for debelada rapidamente, isso provocará reflexos profundamente negativos à nossa economia, podendo suspender as exportações de carne suína e até de aves, dependendo da posição adotada pelos países compradores, haja vista que se produz aves nas mesmas regiões onde se produz suínos.

Diante da gravidade do problema, tomamos a iniciativa de pedir a constituição de uma Comissão Parlamentar Externa visando acompanhar os procedimentos que estão sendo adotados pela Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul e pelo Ministério da Agricultura. Entre os argumentos que justificam a CPE, citamos: necessidade de conhecer e acompanhar os procedimentos que estão sendo adotados no Rio Grande do Sul pelo Ministério da Agricultura e necessidade de se estabelecer um trabalho conjunto entre os três estados sulinos no que se refere ao trânsito de animais vivos e carne bovina e derivados.

Deputado Olices Santini (PPB)

O eleitor e sua responsabilidade



A proximidade das eleições de 1º de outubro, quando serão definidos prefeitos e vereadores em todos os municípios brasileiros, leva-nos a refletir sobre as conseqüências do voto, que nada mais é do que a manifestação do interesse do próprio eleitor em relação ao seu futuro, o qual está contextualizado no futuro da Nação.

O atual modelo político e a própria cultura eleitoral vigente relegam os partidos a segundo plano. Muitos eleitores preferem votar em propostas individuais, por afinidade com candidatos, independentemente de suas origens ou identificações partidárias.

Outro aspecto preocupante está no fato de muitos votarem levando em conta apenas o dito e propagandeado durante os três meses da campanha eleitoral. Com absoluta certeza, podemos afirmar ser este o caminho para o eleitor sentir-se desprotegido e desconsolado no período pós-eleitoral.

A experiência tem demonstrado que somente candidatos absolutamente identificados e alinhados com programas e ideologias partidárias efetivamente resgatam a maioria de seus compromissos de campanha. Exatamente porque é aí que está a afinidade entre o pensamento e a prática.

Sem isso, ao fazer opções que não levem em conta compromettimentos partidários, o cidadão estará apostando em candidatos avulsos, perdidos no tempo e no espaço, ainda em busca de objetivos sérios e, especialmente, de caminhos a serem percorridos para alcançar compromissos firmados com o eleitor.

Logicamente, se o candidato ainda não assumiu compromissos básicos do instrumental político, que valor terá qualquer proposta dita em efêmeros três meses de campanha?

Não resta a nenhuma população, de qualquer parte do mundo, a possibilidade de dirigir bem suas esperanças na viabilização de um futuro promissor sem a participação do eleitor com a visão da responsabilidade necessária.

Deputado Jaime Mantelli (Líder do PDT)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
 4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Noeli Livi
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Margareth Genovez
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

GERAL

Guia esclarece dúvidas sobre Lei de Responsabilidade Fiscal

A nova lei impõe limites a gastos com pessoal, restringe o endividamento, cria metas para controle de receitas e despesas e pune os governantes que gastarem mais do que arrecadam.

No Plenário da Assembleia, com a presença do presidente Gilmar Knaesel (PPB), dos Conselhos Federal e Regional de Contabilidade, foi lançado no início da semana o guia sobre a nova Lei de Responsabilidade Fiscal. Destinado a administradores, políticos e contabilistas, o guia traz informações sobre o que muda nas finanças públicas a partir dessa lei, sancionada em 4 de maio pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

A nova lei impõe limites a gastos com pessoal, restringe o endividamento, cria metas para controle de receitas e despesas e também pune os governantes que gastarem mais do que arrecadam. Nos estados, os gastos com pessoal ficam limitados a 60% da receita corrente líquida, sendo 3% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, 6% para o Poder Judiciário, 2%



Deputados debatem limite de gastos

para o Ministério Público e 49% para as demais despesas de pessoal do Executivo.

Segundo o presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Juarez Carneiro, o guia destina-se a incentivar o cumprimento da lei. "Ao exigir dos governantes a publicação periódica de

balanços simplificados das finanças que administra, a lei deixa mais transparente a aplicação dos recursos e torna mais fácil para a sociedade fiscalizar o uso do dinheiro público", afirmou.

A lei também muda a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo. Os governantes terão que assumir compromissos com metas fiscais e, mais tarde, apresentar às Assembleias e às Câmaras Municipais seus balanços para mostrar se cumpriram ou não essas metas. O mesmo se aplica ao presidente da República em

relação ao Congresso.

Ao parabenizar a iniciativa, o presidente da Assembleia Legislativa, Gilmar Knaesel, ressaltou que os deputados há muito tempo vêm participando de debates e seminários promovidos pela Casa, com a presença de autoridades no assunto de renome nacional.

Sessão debate pagamento da dívida externa

Por solicitação da bancada estadual do PT, a Assembleia Legislativa realizou na tarde desta segunda-feira (4) uma sessão especial destinada à discussão do plebiscito, que está sendo realizado de 2 a 7 deste mês em todo o País, sobre o pagamento da dívida externa. Esteve presente ao evento o mestre em História Econômica Valter Pomar, que também integra a direção nacional do Partido dos Trabalhadores. A sessão foi presidida pelo deputado Pedro Uczai (PT).

Valter Pomar explicou que a população vai responder a três questões distintas relativas à dívida externa brasileira: o governo deve manter o atual acordo com o FMI? O Brasil deve continuar pagando a dívida externa sem a realização de uma auditoria desta

dívida, como prevê a Constituição de 1988? Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

O economista comentou que o ideal seria o governo federal ter proposto o plebiscito sobre a questão, uma vez que tramita no Congresso Nacional um projeto de decreto legislativo neste sentido. "Ao contrário, o que o governo tem feito até agora é criticar o movimento, o mesmo ocorrendo em relação a alguns órgãos de comunicação", disse.

Segundo Pomar, os argumentos utilizados pelo governo e por determinados jornais é que a dívida externa já não constitui um problema para o

Brasil, que ela é privada e não pública e que a dívida pública interna é de todos nós. Ele rebateu todas essas afirmações, frisando que a população ainda continua sendo castigada, pois no fundo é ela que está pagando a dívida.

Comentou, também, que grande parte da dívida externa foi feita de maneira irregular, por isso o governo teme a realização de uma auditoria, e que "desde a década de 70 a dívida já foi paga três vezes".

Após sua palestra, vários parlamentares e convidados manifestaram-se sobre o assunto, como os deputados Ronaldo Benedet (PMDB) e Pedro Uczai (PT) e o presidente estadual do PT, ex-deputado federal Milton Mendes de Oliveira.

ESPECIAL

Sessão solene da Assembléia hom

(fotos Jonas Lemos Campos)

Através de convocação feita pelo presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), o Legislativo estadual, representado por aproximadamente 30 parlamentares, realizou no último dia 30, em Blumenau, sessão solene em homenagem os 150 anos do município.

O Teatro Carlos Gomes recebeu autoridades estaduais e locais, entre elas o governador Esperidião Amin (PPB), o prefeito de Blumenau, Décio de Lima (PT), o deputado federal Renato Vianna (PMDB) e o conselheiro do Tribunal de Contas, Wilson Wan-Dall. Também compareceram como convidados especiais da sessão a bisneta do fundador da cidade, Jutta Blumenau Niesel, e o presidente do Instituto Blumenau 150 Anos, Ricardo Stodieck.

O primeiro a ocupar a tribuna foi Stodieck, que destacou as atividades desenvolvidas



Abertura da Sessão Solene

pelo Instituto, principalmente a recuperação de documentos e do Centro Histórico. Em seguida falou a bisneta de Hermann Blumenau, mais conhecido como doutor Blumenau. Em nenhum momento Jutta dirigiu as homenagens ao seu bisavô. Falou de sentimentos, do seu amor por Blumenau, dos

pioneiros, que plantaram e fizeram crescer o sucesso do município, a quem ela chamou de amigos.

O prefeito Décio Lima disse que o momento atual é de repensar a história de Blumenau e traçar caminhos para o futuro, buscando uma sociedade mais justa e igualitária.

Lembrando versos do poeta Lindolf Bell, o governador Amin

afirmou que Blumenau é um exemplo de cidadania, de espírito comunitário e de progresso para Santa Catarina e para o Brasil.

Foi apresentado ao público o trabalho de pesquisa e encadernação dos primeiros manuscritos sobre Blumenau, desenvolvido pelo Centro de Memória da Assembléia, em que eles a carta que Hermann Blumenau enviou em 1848 à então Assembleia Provincial, solicitando a instalação de uma colônia.

Apresentaram-se durante a sessão solene estudantes das escolas do município que, de forma criativa, declamaram poesias de amor por Blumenau.

Num pronunciamento bastante emocionado, Gilmar Knaesel – o primeiro deputado da região de Blumenau a se tornar presidente da Assembléia – falou de sua forte ligação com a cidade. Falou como filho da terra (nasceu em Rio do Testo – hoje Pomerode) que, na época, era distrito de Blumenau. Enalteceu a saga dos primeiros 17 imigrantes que iniciaram a colonização em 1850. Lembrou também que as dificuldades enfrentadas como as enchentes, não tiraram a população, que, com perseverança, transformou Blumenau em um modelo nacional de desenvolvimento.



Prefeito Décio recebe placa de Knaesel

Comemora os 150 anos de Blumenau

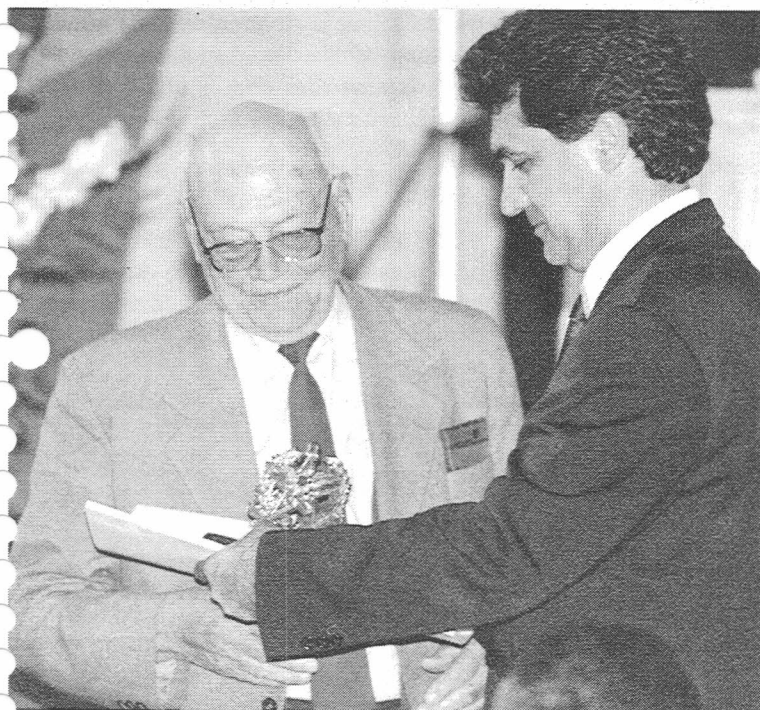
Medida provisória

Atendendo sugestão apresentada pelo líder do governo, deputado Paulo Bornhausen (PFL), os deputados votaram em sessão extraordinária no final da tarde o encaminhamento sobre a Medida Provisória 88/00, colhida em reunião conjunta das Comissões de Justiça e Finanças realizada no período da manhã, com participação de empresários da região.

A MP trata da adequação da Lei 10.297/96, que dispõe sobre o imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS - às alterações da Lei Complementar 86, conhecida como Lei Kandir. Os parlamentares aprovaram a transformação da MP em projeto de lei, que terá tramitação normal na Assembléia, com debates nas Comissões Técnicas, acatando a emenda do deputado Onofre Justini (PFL), presidente da Comissão de Justiça. A emenda modificativa prorroga o prazo de vigor da lei, que passa de 1º de agosto passado para 1º de agosto de 2001. Essa alteração permite ao governo do Estado ter um prazo de 48 meses para a utilização dos créditos pagos pelas empresas nas transações de importação e exportação através do ICMS.



Empresários presentes à reunião



O momento mais marcante da solenidade foi a homenagem que a Assembléia Legislativa, através de seus 40 parlamentares, prestou a 35 ex-deputados estaduais eleitos pelo município, que ajudaram a escrever esses 150 anos de história. Vários deles, ainda vivos, receberam um troféu comemorativo e um exemplar dos primeiros manuscritos. Os ex-deputados que já morreram ou não puderam comparecer foram representados por seus familiares.



TV Assembléia em Blumenau

A solenidade foi encerrada com a inauguração das transmissões da TV AL (TV Assembléia), em Blumenau e Gaspar, através da TV a cabo (NET). Esta foi a primeira expansão da TV Assembléia Legislativa para o interior do Estado, em parceria com a TV Legislativa da Câmara Municipal de Blumenau. A partir de agora, o público estará informado sobre as atividades diárias da Assembléia, numa completa integração com o Poder Legislativo. O departamento de jornalismo da TV AL, formado por vários profissionais, vai levar ao público telespectador o trabalho dos deputados, como as reuniões das Comissões Técnicas e as votações de projetos em Plenário.

COMISSÕES

Pesca artesanal discutida em audiência pública

As restrições impostas pela política ambiental no que se refere à pesca artesanal nas imediações do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi tema de audiência pública ocorrida nesta semana, no Plenarinho da Assembléia. O encontro foi requisitado pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), em conjunto com a Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), e contou com a participação do deputado federal Edison Andrino (PMDB), coordenador da Comissão de Pesca na Câmara dos Deputados; do representante do setor pesqueiro da Epagri, Alfredo Filomeno; da Polícia Ambiental, através do tenente Emiliano Guesser; e das colônias de pescadores da região.

O eixo central da discussão foi a busca pela preservação do meio ambiente garantindo a sobrevivência de quem realiza a pesca de subsistência nas ilhas Corais, Moleques do Sul, Três Irmãs e Naufragados. O problema foi gerado pelos limites da área de pesca. Pela Portaria 143, do Ibama (1994), a pesca com

rede só é permitida a 50 metros da Ilha. Mas o Decreto Estadual 14.253, de 1981, aumenta esse limite para 500 metros. Há dois meses uma audiência pública, também na Assembléia, tratou da lei que regulamenta a pesca no Estado e, segundo o presidente da Comissão de Agricultura, “é

preciso encontrar uma solução para esse problema que garanta tanto a preservação do meio ambiente quanto a sobrevivência do pescador”, pensamento este defendido pelos demais participantes da reunião. A Polícia Ambiental diz enfrentar dificuldades para realizar a fiscalização diante das duas determinações – federal e estadual. A multa para os infratores é



Deputados Sopelsa e Blasi

pesada: R\$ 700 mais R\$ 10 por quilo de pescado.

O deputado Blasi diz que as duas esferas do Legislativo deverão deflagrar um processo para buscar uma alternativa que solucione esse impasse. Uma nova audiência pública deverá ser marcada para os próximos dias com o objetivo de aprofundar a discussão.

AL pode intermediar reajuste da energia

Assembléia, a partir desta semana, vai-se engajar na luta para tentar reverter o reajuste de 21% que a Agência Nacional de Energia Elétrica – Anel - determinou para as contas das Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc. A decisão foi tomada em Plenário, depois de uma audiência pública na Comissão de Trabalho, presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT), em que participaram o secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, e o presidente da referida estatal, Francisco Küster.

A audiência havia sido convocada para discussão das debêntures da Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (Invesc) e da proposta de ampliar a atuação da Celesc para o setor de comunicações. Como o problema do reajuste era mais urgente e necessitava de uma medida imediata, as discussões giraram em torno apenas desta questão.

O presidente da estatal, Francisco Küster, explicou que a Anel, desde setembro de 1999, já concedeu cinco

reajustes para a Gerasul e para a Copel se no mesmo período concedeu apenas um para a Celesc.

Além disso, a agência reguladora teria aumentado o pagamento da Celesc de 3

para 7 milhões de reais mensais. Este percentual determinado pela Anel vai prejudicar a Celesc, que terá de repassar o reajuste ao consumidor, aumentando a tarifa.

CPI do Narcotráfico mantém cronograma de depoimento

A comissão que investiga o narcotráfico e o crime organizado em Santa Catarina, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), esteve reunida na manhã desta segunda-feira (4) para tomar o depoimento de mais uma testemunha relativo ao caso que envolve o empresário Paulo Machado, de Joinville, denunciado por agiotagem e formação de quadrilha. Seis outros depoimentos, todos reservados, foram tomados no último dia 28 sobre este mesmo caso.

De acordo com o relator da CPI, deputado Adelor Vieira (PMDB), com as novas informações obtidas nesse

depoimento, a força-tarefa da Comissão poderá aprofundar mais as investigações. Para a próxima segunda-feira (11) está marcado novo depoimento, desta vez sobre tráfico de drogas e produção de substância entorpecente em municípios do Vale do Itajaí.

Já o deputado Pedro Uczai (PT) informou que a CPI deve retornar à região Oeste do Estado para ouvir novos depoimentos referentes a tráfico de drogas, formação de quadrilha, roubo e receptação de cargas, entre outros delitos, uma vez que existem cerca de 50 denúncias neste sentido, que já estão sendo investigadas pela força-tarefa.

PLENÁRIO

Deputados apreciam todos os vetos em pauta

Os parlamentares rejeitaram 7 dos 14 vetos governamentais apreciados no decorrer da semana. Foram derrubados vetos aos seguintes projetos:

De autoria do deputado Nilson Gonçalves (PFL), que torna obrigatório o fornecimento de água potável pela Casan através de caminhões-pipas sempre que houver interrupção no fornecimento de água em Joinville; de autoria do deputado Francisco de Assis (PT) o projeto que dispõe sobre a proibição de implantação de caixas postais comunitárias no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece garantias à população do uso dos serviços postais; de autoria do deputado Herneus de Nadal (PMDB), concedendo isenção do ICMS para os medicamentos genéricos; projeto de lei do deputado Heitor Sché (PFL) que dispõe sobre vencimentos e vantagens pecuniárias percebidas por servidor

público estadual, em decorrência de decisão judicial; de autoria da deputada Odete do Nascimento (PPB), que proíbe atos que discriminem ou atentem contra a mulher no processo seletivo de admissão, jornada e demissão do trabalho; do deputado Gelson Sorgato (PMDB), que obriga os estabelecimentos hospitalares informar ao Executivo sobre as pessoas desacompanhadas de familiares ou responsáveis que derem entrada nesses locais em estado inconsciente, com perturbação mental ou impossibilidade de identificação e comunicação; por último, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), que busca orientação ao consumidor para a exigência de notas fiscais nos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços.

Vetos mantidos – Ao projeto de lei de autoria do deputado Sandro Tarzan (PDT), que busca a transferência da rodovia SC-412 ao município de Porto Belo; ao projeto

do deputado Narciso Parisotto (PMDB), que concede isenção de imposto sobre transmissão causa mortis e doação às instituições religiosas; ao projeto do deputado Gelson Sorgato (PMDB), dispondo sobre a concessão de anistia aos produtores rurais do total das dívidas provenientes do Crédito de Emergência.

Veto parcial ao projeto do deputado Nelson Goetten (PPB), que busca garantir o desenvolvimento de hábitos alimentares equilibrados nas cantinas escolares; ao projeto da deputada Odete do Nascimento (PPB), que proíbe a exposição de partes íntimas do corpo ou a indução de comportamentos eróticos utilizando-se imagem de mulheres, em anúncios publicitários; ao projeto do deputado Jorginho Mello (PSDB), que institui em todo o território estadual a meia entrada em eventos de cultura, esporte e lazer para doadores regulares de sangue.

Aguiar quer portal turístico em Canoinhas

Aprovada indicação do deputado Antônio Aguiar (PFL) solicitando ao secretário do Mercosul, Antônio Ceron, a construção de um portal turístico em Canoinhas.

De acordo com o parlamentar, “é um fato incontestável o aumento de fluxo turístico em Santa Catarina, conhecida como a capital turística do Mercosul. Desta forma, é do interesse do Estado incrementar o turismo rural com projetos e financiamentos especiais objetivando

a criação de novos postos de trabalho e aumento de arrecadação”.

Por este motivo, Canoinhas é o centro de uma importante microrregião do Planalto que merece e possui identidade própria para manter um portal turístico. “No Planalto Norte de Santa Catarina, este município tem características que despertam o interesse do turista, e é conhecido por sua potencialidade na atividade ervateira”, concluiu o parlamentar.

Conselho Estadual de Alimentação Escolar

O plenário aprovou a Medida Provisória nº 90, de 1º de setembro de 2000, que criou o Conselho Estadual de Alimentação Escolar, (Ceae) o qual tem a finalidade de assessorar o Executivo Estadual na elaboração e execução do programa de assistência alimentar nas Unidades de Ensino (Ues) mantidas pelo Governo Estadual. Compete ao Conselho acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos para a conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e gerir todo o trabalho referente à merenda escolar, desde zelar pela qualidade dos produtos, sua aquisição, distribuição, cuidados com as práticas higiênicas e sanitárias, até a apresentação de propostas ao Executivo

quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e sobre a formulação de políticas relacionadas à merenda escolar a serem implantadas pela Secretaria da Educação.

Hinos nas escolas

Aprovado projeto de lei do deputado Jorginho Mello (PSDB) que obriga a execução do Hino Nacional, Hino do Estado ou Hino do Município em todas as escolas da rede oficial de ensino, podendo o estabelecimento optar por um deles. O parlamentar justifica a proposição argumentando que muitas pessoas atualmente sequer conhecem uma estrofe dos hinos oficiais, e o projeto iria minorar o problema.

Novos cargos de juiz

Aprovado projeto de lei complementar do Tribunal de Justiça que cria seis cargos de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau, extingue dez cargos de Juiz de Direito Substituto de Primeiro Grau e fixa gratificação de representação do 2º Vice-Presidente. A justificativa do Tribunal é que a lei que criou seis cargos de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau existe há mais de seis anos (Lei Complementar 122/94) e que nesse período os serviços judiciários cresceram de forma significativa.

Sinalização nas rodovias

De autoria do líder da bancada do PPB, deputado Ivan Ranzolin, foi aprovado projeto de lei que torna obrigatória a sinalização vertical e horizontal nas rodovias estaduais ou sob responsabilidade do Estado ou de empresa privada. Segundo o projeto, a sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e à noite, em distância compatível com a segurança do trânsito. Para o deputado, a sinalização é uma garantia à segurança e integridade de seus usuários, e está prevista no Código de Trânsito brasileiro. Sua função é organizar o fluxo de veículos e pedestres, além de orientar o motorista sobre topografia, obstáculos e dificuldades de visibilidade.

GERAL

Associação Coral recebe homenagem

A Assembléia realizou sessão solene no último dia 28, requerida pelo deputado Manoel Mota (PMDB), em homenagem à Associação Coral de Florianópolis (ACF), que comemora 40 anos de atividades em 10 de setembro, tendo como primeiro maestro o regente Aldo Krieger.

Presidida pelo deputado Gilmar Knaesel (PPB), a solenidade foi prestigiada pelo governador do Estado, Esperidião Amin, pelo presidente da ACF, Luiz Gonzaga Azevedo, e por dezenas de integrantes da Associação Coral.

Ao parabenizar a entidade, o governador ressaltou que a ACF cumpre e exerce um papel multiplicador, pela soma de cada um de seus talentos.

Falando em nome do Poder Legislativo, o presidente Gilmar Knaesel elogiou o trabalho da ACF e reiterou o papel social da Assembléia

Legislativa em realizar eventos com a finalidade de prestigiar as atividades culturais do nosso Estado.

Por sua vez, o autor da homenagem destacou o trabalho da Associação Coral, preocupada em tornar suas vozes mais preparadas e mais trabalhadas.

As apresentações na instalação da Universidade Federal de Santa Catarina, no I Encontro de Corais Universitários do Sul do Brasil, em concertos com a Orquestra Sinfônica de Florianópolis e da UFSC, concertos no auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná e na Sala Cecília Meirelles, no Rio de Janeiro, são destaques no currículo da ACF. A primeira viagem ao exterior aconteceu em outubro de 1998, para diversas apresentações em Portugal.

Com a morte do maestro Aldo Krieger em 1972, assumiu



(foto Jonas Lemos Campos)

Associação Coral de Florianópolis

a regência do coral a então professora de técnica vocal, soprano Rute Ferreira Gleber, que permaneceu como titular até 1983. Sob sua orientação, foram acrescentados ao repertório outros gêneros musicais, com destaque para as composições populares brasileiras, "espirituais" e obras clássicas.

Em março de 1999 assumiu a direção artística do Coral o maestro Carlos Lucas Besen, que é o regente.

Na ocasião, foram agraciados pela Associação Coral de Florianópolis com um troféu alusivo à data, além de seus fundadores, ex-presidentes e ex-regentes, o atual presidente e seu regente.



(foto Sotom Soares)

A partir de agora, a Galeria de Arte da Assembléia Legislativa passa a denominar-se Ernesto Meyer Filho. A homenagem aconteceu através da aprovação, por unanimidade, do projeto de resolução de autoria do deputado Gilmar Knaesel (PPB), em novembro do ano passado. Natural de Itajaí, Meyer Filho era particuramente conhecido como o "pintor de galos". Autodidata, faleceu em 1991.

Exposição retrata o universo feminino

De caráter intimista, mulheres desfilam suas vaidades, seus sonhos e seus amores. Esta é a exposição da artista plástica paranaense Tânia Leal a partir desta segunda-feira (4), na Galeria de Arte da Assembléia.

Temas do dia-a-dia reverenciam a mulher. A cor depende do seu estado de espírito no momento da criação. Com exposições individuais e coletivas realizadas em todo o Brasil e também no exterior, os trabalhos de Tânia Leal mereceram elogios do crítico de arte italiano Giangiulio Radivo. "A palheta de Tânia Leal não contém certamente cores puras, mas intensas, e prevalecendo as tonalidades quentes. As largas pinceladas, os traços firmes, tornam figuras quase simbólicas com uma forte tendência para o abstrato, unindo à paixão transmitida pelas cores".